



# Tribunal de Contas da União

## Concurso Público

**CARGO:**

**ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO**

**Caderno de  
Prova Objetiva**

**Aplicação: 21/3/2004**

**MANHÃ**

**CESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Grande Centro Nacional para Realizar Concursos

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **duzentos** itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 200.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 1 – ACE, de 27/1/2004.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### AGENDA

- 1 22/3/2004 – Divulgação e perfil das 10 h dos gabaritos oficiais preliminares de prova objetiva na Internet — no site <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- 1 23 e 24/3/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- 1 23/4/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item 1, do resultado final da prova objetiva e do resultado provisório da prova discursiva.

#### OBSERVAÇÕES

- Não será aceito o pedido de recurso em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 1 – ACE, de 27/1/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone (0XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no site <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 200 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

## PARTE I – LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto I – itens de 1 a 5

#### Mal-estar civilizatório

A ausência de um Estado que cumpra seu papel mediador das vidas humanas e dos bens a elas relacionados vem contribuindo para o aumento, no Brasil, do que a psicanálise chama de mal-estar civilizatório. O conceito é relativo ao homem do mundo moderno e às angústias que ele vive. Aplica-se a uma cultura firmada em torno dos valores da razão científica e tecnológica, na qual inexistente a figura de um legislador central que concentre o poder e concilie os interesses do corpo social de uma forma democrática. A ausência dessa figura gera mal-estar ao criar um impasse permanente para cada indivíduo/sujeito: como conciliar as aspirações próprias de prazer e satisfação — o gozo, para a psicanálise — com os desejos dos outros?

Como o Estado e o conjunto de entidades a ele ligado — os responsáveis por essa mediação na atualidade — são incapazes de fazer essa conciliação entre as diferentes partes da sociedade, o mal-estar se instaura, trazendo, junto com a desigualdade, suas conseqüências: a posse absoluta de bens por uma pequena parcela da população e a carência massiva da maior parte dela.

A falta de mecanismos de proteção para o último grupo, deixado ao léu pelo Estado, é, para Birman, prova de que estamos diante de uma instituição que promove o genocídio. Esse descaso acarreta o aumento da criminalidade, da violência e da delinqüência, não apenas nas classes populares, mas também nas dominantes. Como exemplo, o psicanalista aponta a corrupção que invade o meio político nos seus mais altos níveis hierárquicos.

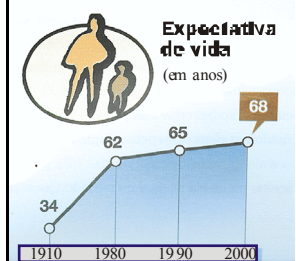
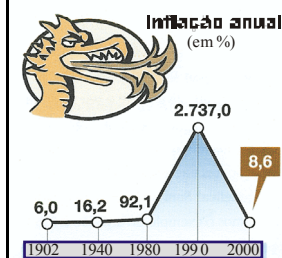
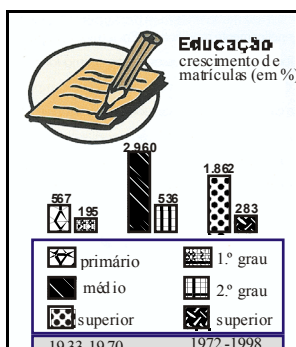
Assim, enquanto instituições mediadoras — como as de previdência, assistência e bem-estar social — são progressivamente desarticuladas, “a economia vai ganhando uma espécie de autonomia”. Essa carência na população vai levando, por um lado, ao aumento da barbárie que sustenta esse crescente grupo e, por outro, à privatização dos sistemas de segurança para proteger as classes mais privilegiadas dessa mesma barbárie.

Júlia Dias Carneiro. In: *Ciência Hoje*, vol. 30, p. 54 (com adaptações).

Com relação às idéias do texto I, julgue os itens a seguir.

1. Infere-se do primeiro parágrafo que as angústias do indivíduo/sujeito da modernidade se reduziram, caso o Estado promovesse ações democráticas que compatibilizassem as aspirações individuais com as de interesse coletivo.
2. A autora do texto assume que a falência do modelo vigente de Estado é evidenciada pela prevalência de uma economia que, fundada na má distribuição de renda na sociedade, promove a privatização da assistência e da previdência social.
3. Como o Estado carece de mecanismos que promovam a erradicação das diferenças sociais, a violência e a corrupção atingem a classe política brasileira.
4. O genocídio, a criminalidade e a delinqüência, indicadores da ausência da gestão do Estado como instituição voltada para os interesses coletivos, são causas do mal-estar civilizatório.
5. Uma das idéias implícitas no texto é a de que a razão científica e a tecnologia não promovem a conciliação dos interesses sociais de forma democrática.

### Texto II – itens de 6 a 10



A recente divulgação pelo IBGE dos dados recolhidos nas **Estatísticas do Século XX** serviu para melhor balizar, daqui para a frente, as recorrentes discussões acadêmicas sobre a realidade brasileira.

No século passado, na economia brasileira, o Produto Interno Bruto (PIB) multiplicou-se cem vezes, o que transformou o Brasil no país que mais cresceu naquele período, destaca, na abertura da publicação, o economista Celso Furtado.

O ritmo mais intenso de crescimento ocorreu entre 1920 e 1980, quando o PIB praticamente dobrava a cada duas décadas.

Mas, ao lado daquelas inegáveis conquistas, descobriu-se que a desigualdade entre os brasileiros de maior e menor renda, que sempre foi considerável, aprofundou-se ainda mais. Em 1960, os 10% mais ricos da população embolsavam uma renda que correspondia a 34 vezes a renda reunida dos 10% mais pobres. Quarenta anos depois, a diferença tinha subido para 46 vezes.

Um dos fatores que mais concorreu para a concentração da renda brasileira foi a inflação, que chegou, nos cem anos do século XX, à astronômica cifra de um quintilhão. A média anual da inflação no período foi de 45%.

O estudo do IBGE mostra que o Brasil sofreu mudanças profundas em poucas décadas, em especial entre os anos 40 e 70. A industrialização acelerada — processo que ficou conhecido como substituição de importações — desencadeou, em uma ponta, a formalização do emprego e, na outra, o êxodo rural, além de favorecer o surgimento dos sindicatos. O mais importante meio de arrecadação do governo, nos anos 40 e 50, era justamente o imposto de importação. Em 1949, a agricultura tinha uma participação de 44% no PIB. Trinta anos depois, em 1980, sua parcela tinha caído para 9,8%, patamar no qual se manteve estável pelo resto do século XX. Essa mudança levou a um êxodo rural de bíblicas proporções. Os moradores das cidades, que, em 1940, correspondiam a apenas 31% dos brasileiros, chegaram, ao final do século XX, a 81%. Enquanto isso, a população brasileira praticamente se decuplicou, saltando de 17,4 milhões, em 1900, para 169 milhões no ano 2000.

Lourenço Cazarré. In: *UnB Revista*, ano IV, n.º 9, dez./2003 – mar./2004 (com adaptações).

Considerando as informações e os dados estatísticos apresentados no texto II, julgue os itens que se seguem.

- 6 Nos últimos cem anos, a população brasileira multiplicou-se por dez e a economia cresceu 100%, embora a concentração de renda tenha-se acentuado, provocada pela inflação, que, ao final do século, chegou a 45%.
- 7 No século passado, a substituição de importações, que, por um lado, incentivou o emprego formal — trabalhadores com carteira assinada —, por outro, promoveu o êxodo rural, fator determinante da queda na arrecadação e da diminuição da participação da agricultura no PIB brasileiro.
- 8 Com relação à educação, de acordo com os dados estatísticos apresentados, ocorreu, no período 1933-1970, a massificação do ensino médio, seguida de um grande aumento da população universitária.
- 9 A inflação, que vinha sofrendo pequenas oscilações na primeira metade do século passado, manteve-se estável na década seguinte.
- 10 Na área da saúde, verifica-se que a expectativa de vida, embora tenha aumentado pouco nas duas últimas décadas do século XX, duplicou, no ano 2000, em relação a 1910.

### Texto III – itens de 11 a 15

#### A polidez

A polidez é a primeira virtude e, quem sabe, a origem de todas. É também a mais pobre, a mais superficial, a mais discutível. A polidez faz pouco caso da moral, e a moral, da polidez. Um nazista polido em que alteraria o nazismo? Em que altera o horror? Em nada, é claro, e a polidez está bem caracterizada por esse “nada”. Virtude puramente formal, virtude de etiqueta, virtude de aparato! A aparência, pois, de uma virtude, e somente a aparência.

Se a polidez é um valor, o que não se pode negar, é um valor ambíguo, em si insuficiente — pode encobrir tanto o melhor, como o pior — e, como tal, quase suspeito. Esse trabalho sobre a forma deve ocultar alguma coisa, mas o quê? É um artifício, e desconfiamos dos artifícios. É um enfeite, e desconfiamos dos enfeites. Diderot evoca, em algum lugar, a “polidez insultante” dos grandes, e também deveríamos evocar aquela, obsequiosa ou servil, de muitos pequenos. Seriam preferíveis o desprezo sem frases e a obediência sem mesuras.

Um canalha polido não é menos ignóbil que outro, talvez seja até mais. Por causa da hipocrisia? É duvidoso, porque a polidez não tem pretensões morais. O canalha polido poderia facilmente ser cínico, aliás, sem por isso faltar nem com a polidez nem com a maldade. Mas, então, por que ele choca? Pelo contraste? Sem dúvida. O canalha polido é o contrário de uma fera, e ninguém quer mal às feras. É o contrário de um selvagem, e os selvagens são desculpados. É o contrário de um bruto crasso, grosseiro, inculto, que, decerto, é assustador, mas cuja violência nativa e bitolada pelo menos poderia ser explicada pela incultura.

André Comte-Sponville. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (com adaptações).

Julgue os fragmentos contidos nos itens subsequentes, quanto à manutenção do sentido do trecho do terceiro parágrafo do texto III, indicado entre aspas, e quanto à pontuação e à regência.

- 11 “Um canalha (...) da hipocrisia?": À hipocrisia indaga-se, se não faz, de um canalha polido, menos ignóbil do que outro canalha?
- 12 “É duvidoso (...) pretensões morais.”: É duvidoso, talvez seja até mais ignóbil, que à polidez não tenha intenções morais!
- 13 “O canalha (...) a maldade.”: O canalha polido, aliás, facilmente cínico, pode, por isso, aumentar-lhe a maldade.
- 14 “Mas, então, (...) contraste?": Inquestionavelmente, o mau-caráter polido choca pelo contraste.
- 15 “O canalha (...) pela incultura.”: O canalha polido opõe-se à uma fera, e ninguém quer mal às feras; é o oposto de um selvagem, e os selvagens são desocupados; contraria uma besta crassa, grosseira, inculta que, com certeza, é assustadora, porém cuja violência nativa pelo menos pode ser explicada.

Considerando as prescrições gramaticais, julgue os fragmentos de texto contidos nos seguintes itens, extraídos e adaptados de uma notícia divulgada no sítio <http://www.tcu.gov.br>.

- 16 O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), ligado ao Tribunal de Contas da União (TCU), deu início ao programa de formação de analistas de sistemas aprovados na primeira etapa do concurso público realizado no ano de 2002.
- 17 O aproveitamento dos candidatos, ainda em prazo de validade deste concurso, apresentou-se como resultado da promulgação da Lei n.º 10.799/2003, que criou seiscentos cargos de Analista de Controle Externo no Quadro de Pessoal da Secretaria do TCU.
- 18 A Resolução n.º 168/2004 do TCU, que entre os cem novos cargos que serão providos neste ano, destinou vinte, para a Área de Apoio Técnico Administrativo, dá suporte ao programa formativo dos analistas concursados.
- 19 O curso, cuja aula inaugural foi ministrada pelo diretor-geral do ISC, tem duração fixada em sessenta horas de atividade e consta de três disciplinas: “Licitações e contratos”, “Fontes de informação para controle externo” e “Estrutura e funcionamento da tecnologia da informação no TCU”.
- 20 Ainda como parte do programa de formação supracitado, foi prevista a presença dos concursados na abertura da Sessão Plenária do TCU, dia 5 de fevereiro de 2004.

**- PARTE II -**  
**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE E**  
**AUDITORIA e CONTROLE EXTERNO DE GESTÃO PÚBLICA**

Julgue os itens seguintes, quanto ao orçamento-programa, ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias.

- 21** A concepção e a técnica do chamado orçamento-programa são conhecidas há bastante tempo, inclusive no Brasil. Apesar dos avanços ocorridos durante a segunda metade do século XX, representados, por exemplo, pela adoção, em 1974, da chamada classificação funcional-programática, foi apenas com a edição do Decreto n.º 2.829/1998 e das demais normas que disciplinaram a elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 e dos orçamentos anuais a ele vinculados, que os esforços de implantação do orçamento-programa na área federal tiveram início efetivamente.
- 22** No sistema brasileiro de planejamento e orçamento, exige-se a integração entre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Para tanto, o plano plurianual é organizado em programas e ações, enquanto o orçamento anual compreende os mesmos programas e transforma as ações em projetos e atividades e os seus desdobramentos em subprojetos e subatividades.
- 23** Tanto a Lei do Plano Plurianual 2000-2003 como o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007 utilizam dois tipos de mensuração: indicadores, que quantificam a situação que os programas tenham por objetivo modificar, e metas, que correspondem aos bens e serviços necessários para alcançar os objetivos.
- 24** Instituído pela Constituição Federal de 1988, o plano plurianual, de vigência coincidente com a do mandato do chefe do Poder Executivo, estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- 25** O Congresso Nacional reúne-se, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1.º de agosto a 15 de dezembro. Uma das situações que impede o início do recesso parlamentar em 1.º de julho é a não-aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

Acerca das disposições da Constituição Federal sobre a lei orçamentária anual, julgue os itens a seguir.

- 26** A lei orçamentária anual compreende três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas. Os orçamentos fiscal e da seguridade social englobam os poderes, órgãos e entidades da administração direta, autarquias, fundações e empresas em que o ente da Federação, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- 27** O orçamento de investimentos das empresas compreende as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.
- 28** O orçamento da seguridade social compreende não só as entidades e órgãos a ela vinculados, como estabelece a Constituição Federal, mas também todas as despesas relativas a saúde, previdência social e assistência social, independentemente da unidade orçamentária responsável.

- 29** Considere a seguinte situação hipotética.  
Encerrou-se o exercício financeiro sem que o projeto de lei orçamentária tenha sido votado pelo Poder Legislativo.  
Nessa situação, até o momento em que entre em vigor a lei orçamentária do novo exercício, deverá ser tomada como base para a realização das despesas a lei orçamentária do exercício recém-encerrado.
- 30** Os órgãos do Poder Judiciário, as casas do Congresso Nacional e o Ministério Público, amparados na autonomia administrativa e financeira que lhes garante a Constituição Federal, devem elaborar as respectivas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias e encaminhá-las ao Congresso Nacional no mesmo prazo previsto para o envio do projeto de lei orçamentária do Poder Executivo, ou seja, até quatro meses antes do encerramento do exercício.

Com base nas disposições da Constituição Federal sobre princípios orçamentários e créditos adicionais, julgue os itens que se seguem

- 31** Considere a seguinte situação hipotética.  
Um prefeito municipal encaminhou projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal. No projeto, consta dispositivo que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o correspondente a 20% da despesa total autorizada.  
Nessa situação, a solicitação do prefeito municipal tem amparo legal, podendo a Câmara Municipal, entretanto, autorizar outro percentual ou mesmo rejeitar o dispositivo.
- 32** Considere a seguinte situação hipotética.  
Para atender despesas urgentes, que decorreram de situação de calamidade pública, um prefeito municipal editou decreto abrindo crédito extraordinário, sem, no entanto, indicar os recursos compensatórios.  
Nessa situação, a solução adotada tem amparo legal, havendo a obrigatoriedade, entretanto, de que o valor do crédito extraordinário seja compensado quando da utilização de recursos provenientes de excesso de arrecadação para a abertura de créditos adicionais.
- 33** Considere a seguinte situação hipotética.  
Um parlamentar apresentou, junto a uma das casas do Congresso Nacional, projeto de lei estabelecendo que a parcela do governo federal do produto da arrecadação do imposto territorial rural passaria a ser destinada ao financiamento do programa de reforma agrária.  
Nessa situação, embora seja pequeno o montante de recursos envolvidos, o projeto deverá receber aprovação quanto a sua constitucionalidade.
- 34** O prazo de vigência do plano plurianual e o de apresentação e aprovação dos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual da União estão definidos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e deverão ser definitivamente disciplinados em lei complementar.
- 35** Para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, de comoção interna ou de calamidade pública, o Poder Executivo federal, amparado nas disposições da Lei n.º 4.320/1964, pode editar decreto abrindo crédito extraordinário.

Acerca do conceito e das classificações de receita e despesa utilizadas nos orçamentos públicos, julgue os itens subseqüentes.

- 36** A classificação da despesa segundo a natureza, que passou a ser observada na execução orçamentária de todos os entes da Federação a partir do exercício financeiro de 2002, compreende: categorias econômicas, subcategorias econômicas e elementos.
- 37** As classificações econômicas da receita e da despesa compreendem as mesmas categorias: correntes e capital. O *superavit* do orçamento corrente, que resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, constitui item da receita orçamentária de capital.
- 38** Nas leis orçamentárias da União, as receitas e as despesas são apresentadas segundo as instituições que arrecadam e que aplicam os recursos do orçamento, por meio da classificação institucional que compreende os órgãos e as unidades orçamentárias.
- 39** A classificação funcional da despesa engloba funções e subfunções e têm por finalidade agregar conjuntos de despesas do setor público. Uma das funções refere-se às despesas às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras, o que implica, portanto, uma agregação neutra.
- 40** Receita orçamentária é a entrada que é acrescida ao patrimônio público como elemento novo e positivo, integrando-se a ele sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo.

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os itens a seguir.

- 41** Os atos que criam ou aumentam despesa corrente obrigatória de caráter continuado devem ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que esta deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.
- 42** Considere a seguinte informação, publicada na primeira página do jornal **Folha de S. Paulo**, em 7/2/2004.
- O governo decidiu aumentar para R\$ 6 bilhões o corte no orçamento deste ano. O valor do contingenciamento (bloqueio de verbas) discutido inicialmente era de R\$ 4 bilhões.
- Essa notícia refere-se ao cumprimento do dispositivo da LRF que torna obrigatória a limitação de empenho e movimentação financeira na hipótese de a receita realizada não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- 43** Considere a seguinte situação hipotética.
- No decorrer do segundo semestre do último exercício do mandato, determinado titular de poder realizou despesas que, por não terem sido pagas até o dia 31 de dezembro, foram inscritas em restos a pagar.
- Nessa situação, considerando que não houvesse suficiente disponibilidade de caixa para essa finalidade, a inscrição em restos a pagar foi irregular.

- 44** Os tribunais de contas devem emitir parecer prévio, separadamente, sobre as contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo, pelos presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo chefe do Ministério Público. Já sobre as contas dos tribunais de contas, o parecer deve ser proferido pela comissão mista de orçamento ou equivalente das casas legislativas estaduais e municipais.
- 45** A operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, proibida no último ano de mandato do presidente, governador ou prefeito municipal, destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deve cumprir, entre outras exigências, as seguintes: autorização em lei para a contratação; liquidação até o dia dez de dezembro de cada ano; previsão na receita orçamentária.

O *International Accounting Standards Board* (IASB) tem adotado normas para a contabilização das remunerações dos empregados com opções de ações. De acordo com essas normas, as empresas devem deduzir do lucro o custo das opções de ações. Acredita-se que essa medida possa reduzir a manipulação dos resultados das empresas, proporcionando maior transparência. Vale lembrar que a bonificação por meio de opções de ações esteve no centro dos recentes escândalos corporativos ocorridos nos Estados Unidos da América. Naqueles casos, a administração das empresas procurava aumentar o preço das ações, aumentando seus ganhos quando a opção era exercida. Pela nova regra, que entrará em vigor em janeiro de 2005, as empresas que emitem opções de ações para seus empregados devem considerá-las como despesa. O montante a ser registrado deve basear-se no valor justo ou no valor de mercado das opções.

Considerando o texto acima e os conhecimentos a ele relacionados, julgue os itens a seguir.

- 46** De acordo com o novo tratamento proposto pelo IASB, no momento da concessão da remuneração dos empregados, com opções, deve-se proceder a um lançamento a débito e a crédito em contas transitórias.
- 47** No encerramento do resultado do exercício, o custo das opções deverá ser lançado a crédito.
- 48** A adoção da avaliação pelo valor justo ou valor de mercado implica que, a cada exercício, será necessário proceder-se a lançamentos para ajustar a movimentação ocorrida nesse preço.
- 49** Essa nova regra reduzirá o valor do resultado apurado nas entidades que remuneram seus empregados com opções.
- 50** O lançamento das opções como despesa do exercício está em desacordo com o conceito de demonstração do resultado *all inclusive*.

Uma empresa possuía oito unidades de estoques, tendo sido cinco adquiridas em 11 de dezembro de 2003, por R\$ 50,00 cada uma, e três em 12 de dezembro de 2003, por R\$ 60,00 cada uma. No dia 15 de dezembro de 2003, a empresa efetuou a venda de quatro unidades a R\$ 70,00 cada uma.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 51** Utilizando-se o inventário permanente e o método primeiro que entra e primeiro que sai (PEPS), o valor do custo da mercadoria vendida foi de R\$ 230,00.
- 52** Caso a empresa tenha utilizado o preço específico para avaliar seus estoques, o valor do custo da mercadoria vendida variou entre R\$ 200,00 e R\$ 230,00.
- 53** Considerando-se o inventário periódico, o evento ocorrido no dia 15 de dezembro exigiu dois lançamentos contábeis.
- 54** Caso o cliente tenha devolvido as mercadorias vendidas em 15 de dezembro de 2003, por não atenderem às especificações, a conta de receita líquida e a conta custo da mercadoria vendida foram afetadas.
- 55** Caso o saldo inicial tenha sido igual ao saldo final do estoque do mês de dezembro, em unidades, e tenha havido movimentação do estoque no exercício social, o método escolhido para avaliar o estoque não influenciou o resultado do exercício da empresa.

Uma indústria possuía, ao final do seu exercício social, um imobilizado bruto de R\$ 100.000,00, com depreciação acumulada de R\$ 20.000,00. A despesa administrativa era de R\$ 15.000,00, dos quais R\$ 2.500,00 eram relativos à depreciação da área administrativa. O volume da conta depreciação, na demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR), era de R\$ 12.000,00.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem

- 56** A diferença entre os valores da demonstração do resultado do exercício e da demonstração das origens e aplicações de recursos deve-se aos ativos que foram baixados no período.
- 57** Para encontrar o total dos recursos obtidos pela entidade no período, o valor de R\$ 12.000,00 deve ser somado ao lucro líquido do exercício na DOAR.
- 58** A depreciação é um exemplo de despesa antecipada de uma entidade como a referida na situação hipotética.

**59** Na hipótese de não ter ocorrido aquisição ou baixa de imobilizado ao longo do exercício social, conclui-se que a depreciação acumulada inicial era de R\$ 17.500,00.

**60** Existindo estoque final, parte do valor da depreciação da indústria deve integrar esse estoque.

Com base no que dispõe a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem, relativos às demonstrações contábeis.

**61** Na demonstração das variações patrimoniais, a aquisição de material permanente é classificada como uma mutação patrimonial da despesa, constituindo, assim, uma variação ativa.

**62** Considere a seguinte situação hipotética.

Ao final de um exercício, foram apurados os saldos constantes da tabela abaixo, referentes a um ente público.

(valores em R\$ mil)			
receitas orçamentárias	120	despesas orçamentárias	100
correntes	70	correntes	60
de capital	50	de capital	40
receitas extra-orçamentárias	20	despesas extra-orçamentárias	50

Nessa situação, os valores apresentados indicam que houve *superavit* na execução orçamentária e que o saldo financeiro, durante o exercício, teve um acréscimo de R\$ 20 mil.

**RASCUNHO**

Julgue o item abaixo, relativo à abrangência do campo de aplicação da contabilidade pública.

**63** As entidades privadas sem fins lucrativos, quando recebem recursos referentes a convênios com a administração pública, exclusivamente para efeito de prestação de contas, devem adotar o mesmo modelo de plano de contas da União.

Com relação ao conceito de dívida fundada, julgue o item a seguir.

**64** Enquanto a Lei n.º 4.320/1964 considera como dívida pública fundada apenas aquela com vencimento superior a doze meses, a Lei Complementar n.º 101/2000 inclui nessa categoria também as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Acerca da escrituração contábil e da legislação que trata das despesas de exercícios anteriores, julgue os itens a seguir.

**65** De acordo com a legislação em vigor, a contabilidade deverá apurar o custo dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão.

**66** Consideram-se despesas de exercícios anteriores os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio e que não tenham sido processados na época devida.

Ao final do exercício X1, verificou-se que, em determinado ente,

- foram empenhadas e liquidadas despesas no total de R\$ 150 mil, do qual R\$ 20 mil foram despesas inscritas em restos a pagar;
- foram pagos, no mesmo exercício X1, R\$ 15 mil de despesas inscritas em restos a pagar no exercício anterior — X0;
- foram pagas, no exercício subsequente — X2 —, as despesas inscritas em restos a pagar em X1.

Com base nessa situação hipotética e considerando a apuração dos resultados e a composição das receitas e despesas no balanço financeiro, julgue os itens a seguir.

**67** Desconsiderando-se outras transações, no exercício X0, houve despesas extra-orçamentárias de R\$ 15 mil e, no exercício X1, de R\$ 20 mil.

**68** As despesas efetivamente pagas no exercício X1 totalizaram R\$ 145 mil.

Com relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), julgue o item a seguir.

**69** Entre os problemas que dificultavam a adequada gestão dos recursos financeiros da União antes da implementação do SIAFI, destacava-se a multiplicidade de contas bancárias em nome de cada órgão e entidade da administração, o que provocava ociosidade ou falta de disponibilidades.

Julgue os itens a seguir, relativos ao sistema de contabilidade pública no Brasil.

**70** Com a adoção da tabela de eventos como parte integrante do Plano de Contas da União, eliminaram-se os lançamentos relativos a cada fato contábil individualmente considerado.

**71** O resultado financeiro do exercício não é afetado pela receita lançada e não-arrecadada; o resultado econômico é afetado pela despesa empenhada e não-paga.

No que se refere à natureza da diferenciação das despesas segundo a categoria econômica, julgue o item a seguir.

**72** Entre as razões que evidenciam a superioridade das despesas de capital em relação às correntes, destaca-se o fato de que são os investimentos, e não o custeio, que contribuem para o crescimento econômico e para a distribuição de renda.

Com relação à natureza e ao efeito produzido pelos diversos tipos de variações patrimoniais, julgue o item que se segue.

**73** O cancelamento de uma dívida de um ente público constitui uma insubsistência passiva; uma doação efetuada pelo mesmo ente caracteriza uma insubsistência ativa. No primeiro caso, ocorre uma variação ativa; no segundo, uma variação passiva.

Com base na estrutura de consolidação de balanços adotada pelo plano de contas da administração federal, julgue o item seguinte.

**74** A consolidação de balanços é efetuada no terceiro nível de desdobramento, que compreende classes, grupos e subgrupos de valores.

O quadro abaixo mostra o resultado da execução orçamentária de um ente público.

(valores em R\$ mil)			
receitas correntes	80	despesas correntes	60
tributos	70	juros	20
receitas patrimoniais	10	outros custeios	40
receitas de capital	30	despesas de capital	50
rolagem da dívida	25	amortizações	40
novos empréstimos	5	investimentos	10

Considerando os dados apresentados, julgue o item que se segue.

**75** O ente público a que se refere o demonstrativo acima está aumentando seu endividamento, pois não conseguiu amortizar sua dívida e precisa de novos empréstimos para o pagamento dos juros a ela referentes.

Quanto às disposições sobre a fiscalização de atos e contratos, nos termos da Lei Orgânica do TCU, julgue o item a seguir.

**76** O contrato considerado ilegal só poderá ser susgado pelo TCU se houver permissão expressa do Congresso Nacional ou do Poder Executivo no prazo de noventa dias, contados da comunicação do fato.

Com relação ao nível de acesso do TCU a documentos e informações concernentes à atuação da administração pública e dos responsáveis por valores públicos, julgue o item seguinte.

**77** Nenhum documento ou informação poderá ser negado ao analista de controle externo em suas atribuições precípuas sob a justificativa de resguardo à segurança nacional ou de ter sido a aplicação de recursos públicos feita por entidades privadas beneficiárias de transferências governamentais.

À luz da Resolução n.º 986, de 2003, e do Código de Ética do Contabilista, ambos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), julgue os itens subsequentes.

- 78** Denominam-se evidências as informações que respaldam os resultados da auditoria interna. Para que dêem robustez às conclusões e recomendações do trabalho da auditoria, tais informações devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis.
- 79** A verificação do cumprimento, pelos empregados, das normas da administração superior da empresa constitui um teste substantivo; já a verificação da pertinência do provisionamento de uma contingência passiva constitui um teste de observância.
- 80** O auditor interno deverá mencionar obrigatoriamente fatos que conheça e repute em condições de exercer efeito sobre peças contábeis que sejam objeto de seu trabalho, não obstante a exigência de guardar sigilo feita por autoridades competentes.

Considerando os termos da Instrução Normativa n.º 1/2001, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI), julgue os itens que se seguem.

- 81** No âmbito do Sistema de Controle Interno, a manifestação sobre as tomadas e prestações de contas é expressa por meio de diferentes documentos: o relatório é assinado por servidor habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade; o parecer é de responsabilidade de quem executou o trabalho de auditoria; e o certificado é a manifestação do dirigente do órgão de controle interno.
- 82** Não sendo possível ao órgão ou unidade de controle interno a obtenção de elementos comprobatórios que permitam ao órgão ou unidade formar opinião sobre a regularidade da gestão, será emitido certificado com abstenção de opinião.

Julgue o item a seguir, quanto às normas atinentes a auditoria sob responsabilidade do TCU.

- 83** Estão sujeitas à fiscalização do TCU as entidades de fiscalização do exercício profissional, que são autarquias e que cobram e dispõem sobre contribuições para fiscais.

A respeito da utilização das técnicas e procedimentos mais apropriados nos trabalhos de auditoria, julgue os itens seguintes.

- 84** Documentos elaborados por pessoas alheias à empresa auditada são evidências mais dignas de confiança quando enviados diretamente ao auditor ou mesmo enquanto mantidos em poder de terceiros. De forma semelhante, um documento elaborado internamente tem sua credibilidade aumentada quando circula fora da empresa auditada, devido à aceitação externa.
- 85** Uma das formas mais comuns de aplicação da técnica da observação, durante uma auditoria, é o acompanhamento da realização do inventário físico, ocasião em que o auditor pode verificar se os procedimentos que ele determinou estão sendo rigorosamente seguidos pelos responsáveis pela execução do referido levantamento.

Julgue o item a seguir, com base nas finalidades dos papéis de trabalho.

- 86** Os papéis de trabalho, apesar de indispensáveis à realização da auditoria, não podem ser utilizados para fins legais, não constituindo, assim, meio de prova para consubstanciar as conclusões do relatório do auditor.

Em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 87** Um auditor independente, realizando seu primeiro trabalho em uma entidade, constatou que mudanças substanciais na legislação tributária do setor, ocorridas após o encerramento do exercício anterior, poderiam causar profundo impacto nos resultados futuros. Nessa situação, seguindo orientações do CFC, o auditor deveria discutir o assunto imediatamente com a administração da entidade e, se as demonstrações contábeis daquele exercício tivessem sido examinadas por outro auditor, discuti-las com ele.
- 88** Uma entidade de prestação de serviços públicos sujeita a normas governamentais específicas apresenta demonstrações contábeis elaboradas sem observância dos padrões dos princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade. Nessa situação, os desvios das normas e princípios, originados na legislação ou em disposições regulamentares específicas, implicam emissão, por parte da auditoria independente, de parecer que contenha ressalva ou opinião adversa, sempre que relevante.
- 89** Determinada empresa comercial apresenta, na conta Fornecedores, obrigações que já foram quitadas e ainda não foram baixadas. Nessa situação, a existência do “passivo fictício” autoriza presumir que os recursos correspondentes aos pagamentos efetuados foram gerados internamente por meio de operações cujo registro foi omitido, o que estaria impedindo a baixa contábil das obrigações.

Com relação à abordagem, pelo sistema de controle interno, do método da amostragem aplicado à auditoria, julgue o item que se segue.

- 90** De acordo com a Instrução Normativa n.º 1, de 2001, da SFCI, existem casos em que não se recomenda a utilização de amostragem, tais como: quando a população é muito grande e a sua amostra fica relativamente pequena; quando as características da população são de difícil mensuração, mesmo que a população não seja pequena; e quando não há necessidade de alta precisão, sendo mais recomendável a realização de um censo.

Quanto aos sistemas de controle externo, julgue os itens subsequentes.

- 91** Tendo em conta o momento no qual a atividade de controle se realiza, o controle externo, analogamente ao que ocorre com o controle de constitucionalidade, pode ser classificado em prévio (*a priori*) ou posterior (*a posteriori*).
- 92** Os sistemas internacionais de controle externo têm em comum a circunstância de que o órgão de controle é invariavelmente colegiado e ligado ao Poder Legislativo.



Acerca do controle externo no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 93** No âmbito do direito brasileiro, embora o controle de constitucionalidade seja realizado eminentemente por parte do Poder Judiciário, o TCU pode, no exercício de suas competências, reconhecer a incompatibilidade de uma norma jurídica com a Constituição.
- 94** Considerando controle externo como aquele realizado por órgão não-pertencente à estrutura do produtor do ato a ser controlado, é correto afirmar que, no Brasil, o TCU não é o único componente do poder público encarregado daquela modalidade de controle.

Em relação às regras constitucionais sobre o controle externo, julgue os itens que se seguem.

- 95** Nos termos da Constituição da República, pode o TCU, em certos casos, apreciar elementos de discricionariedade envolvidos nos atos da administração pública e aspectos ligados à gestão das respectivas entidades e ao desempenho das funções destas; não precisa sempre ater-se unicamente à conformidade desses atos com as normas jurídicas aplicáveis, sob o prisma da legalidade.
- 96** Pode o TCU constituir título executivo contra empresa privada.
- 97** Juridicamente, é possível ao TCU tomar contas de sociedade comercial estrangeira, em certas situações.

A respeito das funções, da natureza jurídica e da eficácia das decisões dos tribunais de contas, julgue os seguintes itens.

- 98** No sistema brasileiro de controle externo, em face das competências atribuídas pela Constituição da República ao TCU, a doutrina e a jurisprudência são majoritárias no sentido de que as decisões daquele órgão têm natureza jurisdicional e, por isso mesmo, não podem ser reexaminadas pelo Poder Judiciário.
- 99** Um dos efeitos possíveis das decisões dos tribunais de contas é a inelegibilidade do gestor público que tiver suas contas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente. Para a eficácia desse julgamento, no que tange à inelegibilidade, a decisão da corte de contas não precisa ser homologada pela justiça eleitoral.
- 100** De acordo com a doutrina, a condenação de gestor público por parte do TCU constitui título executivo de natureza judicial, por força da competência conferida pelo art. 71 da Constituição àquele órgão, para julgar contas de pessoas responsáveis por dinheiro público.

No atinente à natureza, à competência, à jurisdição, à organização, ao julgamento e à fiscalização do TCU, julgue os itens a seguir.

- 101** O presidente do TCU é nomeado pelo presidente da República, escolhido de uma lista tríplice constituída pelo tribunal, composta de ministros de seu quadro, após aprovação pelo Senado Federal.
- 102** Se um ministro do TCU desejar que a área técnica realize alguma auditoria, deverá enviar sua solicitação ao presidente do tribunal, ao qual, então, caberá determinar a realização do trabalho.

**103** Em face da autonomia administrativa conferida pela Constituição, o TCU tem competência para fixar, por meio de resolução de seu Plenário, os vencimentos dos ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.

**104** Nas prestações de contas que os gestores públicos devem remeter periodicamente ao TCU, não há necessidade de inserção de demonstrativos referentes a recursos extra-orçamentários, pois, nesses casos, inexistente potencial de lesão ao erário.

**105** Considere a seguinte situação hipotética.

Na direção de ente da administração pública indireta, uma autoridade administrativa constatou que um agente público de seu quadro alcançou recursos públicos dolosamente e causou lesão ao patrimônio daquela pessoa jurídica. A referida autoridade determinou então a instauração de procedimento administrativo disciplinar e a comunicação dos fatos ao Ministério Público Federal.

Nessa situação, a autoridade administrativa agiu corretamente, no que diz respeito à proteção do patrimônio público, de modo que não seria necessária a adoção de mais nenhuma providência por parte dela.

**106** Se um determinado prédio público for atingido por inundação e, em consequência, não se mostrar mais possível o julgamento de mérito de um processo de tomada de contas especial, as contas devem ser julgadas ilíquidáveis e o TCU deverá determinar o trancamento das contas; essa espécie de decisão é classificada pela Lei Orgânica do TCU como terminativa.

**107** Nem todas as decisões dos relatores de procedimentos administrativos do TCU precisam ser, necessariamente, publicadas na imprensa oficial.

No que tange ao Regimento Interno do TCU (RITCU), julgue os itens subsequentes.

**108** Considere a seguinte situação hipotética.

Em um processo a ser julgado pelo TCU, quatro administradores públicos tinham seus atos apurados ante a possibilidade de terem causado dano ao erário, na gestão de ente público. A defesa de cada um deles, porém, atribuía aos demais a responsabilidade pelos atos lesivos. Aproximando-se a data prevista para o julgamento do processo, todos os gestores manifestaram, por meio do respectivo advogado, a intenção de realizar sustentação oral. Nessa situação, seria admissível a sustentação oral, cujo prazo seria o previsto no RITCU, multiplicado por dois e, em seguida, dividido igualmente por todos os interessados.

**109** Há casos previstos no RITCU em que o relator de um processo pode, em decisão monocrática, isto é, unipessoal, determinar o arquivamento do feito.

**110** O Ministério Público junto ao TCU somente precisa manifestar-se nos processos de tomada ou prestação de contas, nos concernentes aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos incidentes de uniformização de jurisprudência e nos recursos.

**– PARTE III –**  
**DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL,**  
**DIREITO CONSTITUCIONAL e DIREITO ADMINISTRATIVO**

Suponha que no dia 1.º/3/2004 tenha sido publicada no Diário Oficial da União uma lei ordinária como teor a seguir.

Lei n.º 16.666, de 27 de fevereiro de 2004  
*Cria a Agência Nacional de Teatro e Artes (ANTA) e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica criada a Agência Nacional de Teatro e Artes (ANTA), com a natureza de autarquia em regime especial, tendo por finalidade promover a regulação em todo o território nacional das atividades de teatro e outras artes cênicas, exceto o cinema.

Art. 2.º O Poder Executivo expedirá decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias, definindo as atribuições, a organização, os bens, as receitas da agência de que trata esta lei.

Art. 3.º Ficam criados os cargos e funções relacionados no anexo desta lei, que passama compor o quadro de pessoal da ANTA.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 2004; 183.º da Independência e 116.º da República.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens seguintes.

- 111** Sendo a Lei n.º 16.666/2004 omissa com relação à data de sua vigência e considerando que se pode aplicar ao caso o critério estabelecido na Lei de Introdução ao Código Civil, a Lei n.º 16.666/2004 deverá começar a vigorar em todo o Brasil precisamente a zero hora do dia 15/4/2004.
- 112** O art. 4.º da Lei n.º 16.666/2004 está em conflito com dispositivo de lei complementar federal que estabelece que a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.
- 113** Caso o Poder Executivo não expeça, no prazo de sessenta dias a contar da vigência da lei, o decreto regulamentar a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 16.666/2004, essa lei será considerada tacitamente ab-rogada, por aplicação analógica das disposições da Lei de Introdução ao Código Civil estabelecidas para as leis temporárias, conforme interpretação doutrinária e jurisprudencial remansosa acerca da matéria.
- 114** Mesmo após a publicação do decreto referido no art. 2.º da Lei n.º 16.666/2004, a existência legal da pessoa jurídica ANTA somente começará com a inscrição do ato constitutivo dessa agência no respectivo registro, conforme previsão constante do Código Civil.
- 115** A Lei n.º 16.666/2004 padece de vício de inconstitucionalidade formal, por contrariar disposição da Constituição da República que exige expressamente que as áreas de atuação de entidades com a natureza jurídica como a da ANTA sejam definidas em lei complementar.

Foi instaurada uma tomada de contas especial (TCE) contra Expedito Rufino, ex-prefeito do município de Paraíso Santo, no estado do Tocantins, e Jerônimo Santana, ex-presidente da comissão de licitação da prefeitura daquela localidade, em decorrência de irregularidades consignadas na prestação de contas de um convênio, por meio do qual foram transferidos ao município recursos federais para a aquisição de mobiliário para as escolas municipais.

Os técnicos do órgão repassador dos recursos verificaram, relativamente ao processo de compra dos móveis, que o certame licitatório teve as cartas-convites enviadas em 2/3/2003 e o julgamento ocorreu em 10/3/2003. Contudo, os bens já haviam sido adquiridos em 28/2/2003, conforme atestava a nota fiscal constante da prestação de contas.

A TCE foi encaminhada ao TCU, perante o qual os responsáveis apresentaram defesa.

O Sr. Jerônimo Santana alegou que cumpria ordens superiores, do Sr. Expedito Rufino, e que não poderia deixar de cumpri-las, tendo, inclusive, sofrido coação psicológica irresistível do então prefeito, que lhe apresentou os documentos para assinatura e ameaçou afastar-lhe da função de confiança que exercia.

O Sr. Expedito Rufino, representado por seu curador, apresentou defesa em que relatava que o ex-prefeito fora interdito por senilidade, em maio de 2003, tendo sido afastado do cargo, sendo que, por ocasião da licitação impugnada, já eram visíveis os sinais de incapacidade mental do responsável.

Ante a situação hipotética descrita e tendo em vista a possível análise do processo no âmbito do TCU, julgue os itens a seguir.

- 116** Considerando que os móveis, objeto da licitação, já haviam sido adquiridos quando da abertura do certame licitatório, este constituiu, na verdade, uma mera simulação, com o intuito de tentar conferir ares de regularidade à compra. A licitação está, portanto, eivada do vício de simulação absoluta, que, segundo o Código Civil, acarreta a sua nulidade.
- 117** A alegação de coação moral não pode servir de fundamento para excluir a responsabilidade de Jerônimo Santana, uma vez que o Código Civil estabelece que a coação exercida por terceiro vicia o negócio jurídico e acarreta inevitavelmente a responsabilidade solidária do autor da coação e da parte a quem esse vício de consentimento aproveite.

**118** De acordo com o direito civil brasileiro, a senilidade não é, por si só, causa de incapacidade. A senilidade somente acarreta a incapacidade quando compromete o discernimento da pessoa para expressar a sua vontade. Nesse caso, o senil poderá ser interditado por enfermidade ou deficiência mental que, segundo o nível de gravidade da doença, poderá levar à incapacidade absoluta ou à incapacidade relativa.

**119** É possível invalidar ato jurídico praticado por Expedito Rufino em data anterior a maio de 2003. Entretanto, para que isso ocorra, é imprescindível que, diante de provas inequívocas da existência da enfermidade ou doença mental incapacitante na data da prática do ato, o juiz, no próprio processo de interdição, tenha dado eficácia *ex tunc* à sentença.

**120** Admitindo-se que Expedito Rufino tenha sido interditado em decorrência de completa ausência do necessário discernimento para a prática de atos da vida civil e que o prefeito sucessor ingresse contra ele com ação judicial com vistas à reparação de danos civis, poderá o juiz, de ofício, nesse processo, suprir alegação de prescrição, se for para favorecer Expedito Rufino, de acordo com a legislação vigente.

No dia 12 de março de 2004, dia em que completou dezesseis anos de idade, Maria Dolores, solteira, grávida, foi vítima de atropelamento em uma via pública, quando retornava da escola. Em decorrência do acidente, a gravidez teve de ser interrompida.

O veículo que atropelou Maria Dolores pertencia a uma sociedade de economia mista instituída, em junho de 2003, por determinado estado-membro da Federação, com o objetivo de explorar atividade econômica.

Maria Dolores quer ser indenizada pelos prejuízos materiais e morais que sofreu.

Ante a situação hipotética descrita, julgue os itens subseqüentes.

**121** Por disposição expressa da Constituição da República, a sociedade de economia mista em questão responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**122** Em cumprimento à legislação vigente, a criação da sociedade de economia mista referida há de ter sido autorizada por meio de lei ordinária específica, editada no âmbito da competência legislativa do estado-membro que a instituiu.

**123** A exemplo do que ocorre com o prazo para anulação de negócios jurídicos por vícios de consentimento e vícios sociais, a pretensão de anular a constituição da sociedade de economia mista mencionada, em decorrência de defeito no ato constitutivo, tem prazo prescricional de quatro anos, estabelecido pelo Código Civil, contado esse prazo da publicação da inscrição da pessoa jurídica no respectivo registro.

**124** A pretensão de Maria Dolores obter reparação civil pelos danos sofridos em decorrência do acidente tem prazo prescricional de três anos, de acordo com o Código Civil; todavia, em razão do seu estado de incapacidade civil, esse prazo não corre contra Maria Dolores, enquanto ela detiver a condição de incapaz.

**125** Se Maria Dolores tivesse se casado, em data anterior ao acidente, não haveria a incidência da causa, de natureza subjetiva, prevista no Código Civil, impeditiva da prescrição e da decadência, sendo que, nesse caso, os prazos prescricionais e decadenciais correriam normalmente contra ela, a partir da data do casamento.

**126** Maria Dolores não poderá exigir do responsável a indenização cumulativa por danos materiais e morais oriundos do mesmo fato, porquanto a Constituição da República estabelece expressamente que é assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Determinado município firmou, com órgão federal, um convênio por meio do qual foram transferidos, em fevereiro de 2003, recursos para a construção de um açude, a ser utilizado por toda a comunidade.

A prestação de contas apresentada foi impugnada pelo órgão repassador dos recursos, uma vez que, em inspeção realizada no local, os técnicos constataram que o açude havia sido construído em terreno particular.

Foi instaurada tomada de contas especial, tendo sido o processo remetido ao TCU.

Em sua defesa, o prefeito apresentou os seguintes documentos:

I um instrumento particular, datado de novembro de 2003, não registrado em cartório, de doação ao município da parte do terreno onde foi construído o açude, no valor de R\$ 15.000,00;

II testemunhos escritos, assinados por vários munícipes, de que a parte do imóvel onde se situa o açude fora realmente doada ao município e que o açude estava sendo utilizado por toda a coletividade; chamou a atenção o fato de que alguns dos signatários desses documentos tinham 16 ou 17 anos de idade;

III registros fotográficos do açude, demonstrando a sua construção, o acesso livre e a sua utilização por vários membros da comunidade.

À vista da situação hipotética descrita e considerando a possível instrução do processo no âmbito do TCU, julgue os itens de **127 a 131**.

**127** O instrumento particular de doação mencionado não elide a irregularidade, uma vez que o Código Civil estabelece que, não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à transferência de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no país.

**128** Ainda que o valor da doação constante do instrumento particular mencionado não fosse superior a R\$ 7.200,00, não seria impositiva ao TCU a aceitação desse documento como meio de prova, pois, segundo o Código Civil, os efeitos do instrumento particular, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público.

**129** Os testemunhos escritos, confirmativos de que a parte do imóvel onde se situa o açude fora realmente doada ao município, devem ser totalmente desconsiderados no exame do caso, visto que o Código Civil preceitua que a prova testemunhal não pode ser admitida nos negócios jurídicos cujo valor ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo.

**130** Os testemunhos feitos por menores com 16 ou 17 anos de idade, afirmando que o açude estava sendo utilizado por toda a coletividade, não podem ser aceitos, em razão da incapacidade relativa dos menores, que acarreta a anulabilidade do seu depoimento, feito sem a assistência dos pais ou tutores.

**131** De acordo com o Código Civil, os registros fotográficos de fatos ou de coisas fazem prova plena destes, se a parte, contra quem forem exibidos, não lhes impugnar a exatidão. No caso em apreço, entretanto, não podem ser aceitos pelo TCU por não ser instrumento hábil para afastar a irregularidade que deu ensejo à instauração da tomada de contas especial.

Uma empresa pública federal, prestadora de serviços públicos, firmou, em julho de 2003, um convênio com a Associação dos Moradores de Picapau, que é um bairro pobre de determinado município brasileiro. O convênio tinha por objeto a transferência de recursos públicos federais com vistas à promoção de melhorias habitacionais para famílias de baixa renda.

Em setembro de 2003, foi apresentada denúncia ao TCU de que a Associação dos Moradores de Picapau não era uma associação, mas sim uma sociedade simples.

Durante a apuração dos fatos, constatou-se a procedência da denúncia, sendo que o responsável pela celebração do convênio, no âmbito da empresa pública federal, informou que a impropriedade foi decorrente de erro na qualificação da conveniada. Ante a situação hipotética descrita acima e a possível instrução do processo no âmbito do TCU, julgue os itens de **132** a **135**.

**132** De acordo como Código Civil, as associações e as sociedades têm finalidades diversas. As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos; já as sociedades decorrem da celebração de contrato por pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

**133** O Código Civil considera que o erro que acarreta a anulabilidade do negócio jurídico é aquele em que a declaração de vontade emana de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

**134** No convênio em questão, não há erro essencial, mas erro accidental, uma vez que, segundo o Código Civil, o erro na indicação da pessoa ou da coisa a que se referir a declaração de vontade não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

**135** Não há irregularidade no fato de uma pessoa jurídica de direito público, a exemplo do que ocorreu na situação hipotética apresentada, transferir recursos públicos federais, por meio de convênio, a entidades particulares, pois o que interessa, na realidade, é a destinação social que deverá ser dada ao dinheiro público, bem como o benefício que advirá de sua aplicação para a comunidade atingida.

Julgue os itens a seguir, à luz dos princípios que regem o processo civil brasileiro.

**136** Pelo princípio da livre apreciação das provas, na hipótese de o autor, fundado em contrato de mútuo, propor ação de cobrança contra o réu, e este, na contestação, alegar somente já ter quitado a dívida, poderá o juiz, fundamentando-se na crença de que o contrato não existiu, julgar improcedente o pedido do autor.

**137** Pelos princípios da preclusão e da eventualidade que regem a resposta do réu, se o autor propuser ação de anulação de casamento contra a ré, alegando determinado vício, e esta não contestar a ação, nada contrapondo às alegações do autor, o juiz não poderá determinar a produção de provas para buscar a verdade dos fatos articulados na causa, devendo julgar procedente a ação.

**138** Pelo princípio da demanda, se o autor propuser ação reivindicatória pleiteando a restituição da coisa, não poderá o juiz, se julgar procedente o pedido, condenar o réu a indenizar perdas e danos que não tenham sido pleiteados pelo autor.

**139** Se, em razão de um acidente, o autor propuser ação indenizatória contra o réu pleiteando tão-somente sua condenação a danos materiais, não poderá posteriormente pleitear danos morais em outra ação, tendo em vista a ocorrência da preclusão.

- 140** Os sujeitos do processo são o autor, o réu e o juiz. Considerando-se que a lei processual prevê que, nas hipóteses em que não coincidem os sujeitos da relação material com a parte no processo, ocorre a substituição processual quando o bem, objeto do processo, é alienado no curso da ação, ingressando o comprador no lugar do vendedor, parte originária no feito.
- 141** A garantia de que ninguém será julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato (tribunais *ad hoc* ou de exceção) é uma decorrência do princípio do juiz natural, assegurado na Constituição da República.
- 142** É tendência do direito processual civil brasileiro a mitigação do princípio do dispositivo, permitindo ao juiz maior participação na atividade de apuração dos fatos da causa.
- 143** A violação do princípio da lealdade processual constitui ilícito processual que autoriza o juiz a, de ofício, impor à parte faltosa sanção por litigância de má-fé.
- 144** Tendo em vista o princípio da demanda ou da adstrição, o juiz vincula-se aos elementos objetivos da demanda e aos fundamentos legais do pedido e da defesa, sendo-lhe vedado extrair dos fatos da causa solução jurídica diversa daquela proposta pelas partes.
- 145** O juiz pode, de ofício, suscitar questões de ordem pública independentemente de provocação das partes, especialmente aquelas relativas às condições da ação e aos pressupostos processuais.

Em relação a ação civil pública, ação popular e mandado de segurança, julgue os itens seguintes.

- 146** Os efeitos da ação civil pública são limitados à competência territorial do órgão prolator, sendo inviável a extensão dos efeitos das sentenças em ação civil pública a todo o território nacional.
- 147** Não é irrecorrível a decisão que concede liminar em ação civil pública proposta pelo Ministério Público com o objetivo de resguardar direito individual homogêneo e em defesa de relevante interesse social.
- 148** Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), é vedado ao magistrado proceder à declaração de inconstitucionalidade *incidenter tantum* de lei federal, estadual ou local nas ações civis públicas, tendo em vista a eficácia *erga omnes* das sentenças nelas proferidas.
- 149** O Ministério Público possui legitimidade ativa para propor ação civil pública para defesa de direitos de contribuintes, sendo pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que é cabível ação civil pública para obstar a cobrança de tributos quando flagrante a sua ilegalidade.

- 150** No mandado de segurança, a competência não é definida em razão da matéria veiculada no mandado mas sim em razão da pessoa e da função que exerce a autoridade coatora.
- 151** Assim como a ação popular, a ação civil pública julgada improcedente por falta de provas não faz coisa julgada material, podendo a demanda, fundada em novas provas, ser renovada.
- 152** O Ministério Público tem legitimidade para propor ação popular em defesa do patrimônio público, sendo permitido, nessa hipótese, o ingresso no feito de qualquer cidadão como assistente do *parquet*.
- 153** O indivíduo que sofreu dano juntamente com outras vítimas do mesmo fato é parte legítima para propor, em nome próprio, ação civil pública cuja decisão beneficiará todos aqueles que se encontrem na mesma situação que a sua.

Julgue os itens subseqüentes, acerca dos princípios gerais do processo civil.

- 154** Tendo em vista o princípio do ônus da prova, que permeia todo o sistema probatório processual civil brasileiro, deve o juiz indeferir a prova requerida pela parte a quem não cabe o ônus de produzi-la.
- 155** Tendo em vista que a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício em qualquer tempo ou grau de jurisdição, se o juiz, após prolatar sentença e publicá-la, verificar ser incompetente para o feito, pode, de ofício ou a requerimento da parte, decretar a nulidade do ato.

Com relação à classificação das constituições, ao controle de constitucionalidade das leis e ao poder constituinte, julgue os itens a seguir.

- 156** As constituições classificadas como não-escritas, produto de lenta síntese histórica, são compostas exclusivamente por normas costumeiras, jurisprudência e convenções.
- 157** Todas as leis elaboradas de acordo com o processo legislativo estabelecido na Constituição Federal de 1988, por serem atos normativos primários, podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade, por meio de ação direta de inconstitucionalidade genérica.
- 158** O poder constituinte derivado possui, na Constituição Federal de 1988, limites circunstanciais e materiais, todos explícitos, sendo reconhecidas pela doutrina limitações materiais implícitas.
- 159** A adoção do controle de constitucionalidade por meio de julgamento de ação direta de inconstitucionalidade pelo STF foi estabelecida por emenda à Constituição Federal de 1946.

Considerando a repartição de competências entre os entes da Federação, as hipóteses de intervenção federal nos estados, a organização e o funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo e o processo legislativo, julgue os itens que se seguem

- 160** É facultado aos estados, com base em sua competência legislativa suplementar, elaborar lei estadual que discipline a exploração de serviços remunerados de transporte de passageiros por meio da utilização de motocicletas.
- 161** A decretação de intervenção da União no estado que suspender, sem motivo de força maior, o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos tem por pressuposto o provimento pelo STF de representação proposta pelo procurador-geral da República.
- 162** A possibilidade de prosseguimento de processo penal contra membro do Congresso Nacional, instaurado no âmbito do STF, sem a necessidade de licença prévia da Casa a que ele pertença, conforme o entendimento do STF, aplica-se, inclusive, aos processos em que já haja sido negado, com fundamento no texto constitucional anterior à Emenda Constitucional n.º 35/2001, o pedido de licença para prosseguimento do processo.
- 163** Cabe ao TCU, no exercício de sua competência para apreciar a legalidade dos atos da administração direta de concessão de aposentadoria, promover, de ofício, correções meramente formais no título jurídico de aposentação sob exame para fins de registro.
- 164** Segundo a Constituição Federal, o presidente da República pode, por meio de decreto, promover todos os atos necessários à organização e ao funcionamento da administração federal, salvo quando o ato implicar aumento de despesa ou criação ou extinção de órgãos públicos.
- 165** Se o presidente da República tivesse editado uma medida provisória majorando o imposto sobre produtos industrializados em 28/11/2003, essa majoração só produziria efeitos em 2004 caso a medida provisória tivesse sido convertida em lei até 31/12/2003.

Com relação à organização, à competência e à jurisdição do Poder Judiciário bem como às funções essenciais à justiça e ao Ministério Público, julgue os seguintes itens.

- 166** Sendo um tribunal constituído por mais de vinte e cinco magistrados, se for criado um órgão especial, a ele poderão ser cominadas atribuições tanto administrativas quanto jurisdicionais que sejam de competência do tribunal pleno.
- 167** A supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo grau é de competência do Conselho da Justiça Federal, que funciona junto a cada tribunal regional federal.
- 168** Na execução de dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, obedecidas as disposições legais.
- 169** O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos que decorram de relação de consumo ou que sejam indisponíveis.

Considerando as normas constitucionais relativas à administração pública, ao sistema tributário nacional e às finanças públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 170** O servidor público investido em cargo de vice-prefeito pode acumular a remuneração do cargo efetivo com a do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.
- 171** Um professor universitário aposentado que preste concurso público para analista de controle externo do TCU, em sendo investido no cargo, poderá acumular os proventos da inatividade com a remuneração do cargo efetivo.
- 172** A União tem competência legislativa para promulgar lei complementar definindo tratamento diferenciado e favorecido para empresas de pequeno porte, inclusive estabelecendo regime especial ou simplificado para o imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- 173** Um aumento de alíquota do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza constante de lei promulgada em 28/12/2003 será exigível a partir de 1.º/1/2004, em face do princípio da anterioridade.
- 174** Não é possível a abertura de crédito extraordinário por meio de medida provisória.
- 175** Como regra geral, é vedada a vinculação de receita de impostos a qualquer tipo de despesa, ressalvada, entre outras hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988, a vinculação à despesa destinada à realização de atividades da administração tributária.

Com relação aos direitos e garantias individuais e coletivos e aos direitos sociais, julgue os itens a seguir.

- 176** O objeto de um mandado de segurança coletivo impetrado por entidade de classe será um direito que esteja compreendido na titularidade dos associados e que exista em razão das atividades por eles exercidas, não se exigindo que esse direito seja próprio da classe.
- 177** É direito do trabalhador possuir seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

Considerando as normas constitucionais relativas à ordem econômica e financeira e ao sistema financeiro nacional e os princípios constitucionais da seguridade social, julgue os itens que se seguem

- 178** As empresas públicas destinadas à exploração de atividades relacionadas com a segurança nacional podem gozar de privilégios fiscais, não-extensivos às empresas do setor privado.
- 179** O transporte de mercadorias na cabotagem, nos termos da Constituição Federal de 1988, não pode ser realizado por embarcação estrangeira.
- 180** São princípios constitucionais da seguridade social os princípios da universalidade da cobertura — universalidade subjetiva — e da universalidade do atendimento — universalidade objetiva.

Considerando as fontes e os princípios constitucionais do direito administrativo e a organização administrativa da União, julgue os seguintes itens.

- 181** A jurisprudência e os costumes são fontes do direito administrativo, sendo que a primeira ressente-se da falta de caráter vinculante, e a segunda tem sua influência relacionada com a deficiência da legislação.
- 182** O princípio da eficiência relaciona-se como modo de atuação do agente e com o modo de organização e estruturação da administração pública, aspectos cujo conteúdo identifica-se com a obtenção de melhores resultados na relação custo *versus* benefícios e com o satisfatório atendimento das necessidades do administrado.
- 183** A expressão regime jurídico-administrativo, em seu sentido amplo, refere-se tanto aos regimes de direito público e de direito privado a que se submete a administração pública quanto ao regime especial que assegura à administração pública prerrogativas na relação como administrado.
- 184** Nas sociedades de economia mista interventoras no domínio econômico, uma compra relacionada com sua atividade-fim exige licitação, ao passo que a relacionada com sua atividade-meio dispensa o procedimento licitatório.
- 185** O controle das empresas estatais cabe ao ministério a que estiverem vinculadas e se materializa sob a forma de supervisão, estando previstos, ainda, na Constituição Federal de 1988, outros instrumentos de controle que são aplicados de acordo com as condições nela estabelecidas.

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos atos administrativos.

- 186** Ato complexo é o ato que se aperfeiçoa pela manifestação da vontade de dois órgãos, sendo a vontade de um instrumental em relação à vontade do outro, que edita o ato principal.
- 187** A discricionariedade do ato administrativo decorre da possibilidade legal de a administração pública poder escolher entre mais de um comportamento, desde que avaliados os aspectos de conveniência e oportunidade.

Com relação a licitações e a contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 188** Em razão do princípio da individualização da pena, não é possível a aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica para que os efeitos da sanção administrativa de declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública sejam estendidos a uma nova sociedade constituída, embora ela tenha mesmo objeto social, mesmos sócios e mesmo endereço de outra empresa punida com essa sanção.
- 189** O princípio do julgamento objetivo relaciona-se com os dispositivos da Lei n.º 8.666/1993, que estabelecem os critérios de julgamento das propostas com base no tipo de licitação, materializa-se no edital da licitação, no qual são definidos os critérios para a pontuação dos participantes do certame ou para a seleção da proposta mais vantajosa.

**190** Na rescisão do contrato em razão de inadimplemento do particular, a administração pública deve demonstrar a ocorrência de uma das hipóteses legais que constituem motivo de rescisão de contrato e o vínculo entre a conduta e a lesão ao interesse público.

**191** Em todos os contratos administrativos relativos a obras, devem estar estabelecidas obrigatoriamente duas etapas de recebimento do objeto: a do recebimento provisório e a do recebimento definitivo.

Com relação a agentes públicos e a serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

**192** Considerando que um servidor tenha ingressado no serviço público em 20/2/2004 e tenham sido averbados, junto ao órgão, 20 anos de contribuição para o regime geral de previdência, caso ele venha a falecer em 4/3/2004, o valor do benefício de pensão por morte a ser pago a seus dependentes será igual a 20 trinta e cinco avos da remuneração que ele percebia no cargo efetivo.

**193** O processo disciplinar pode ser revisto de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

**194** O contrato de concessão é ajuste de direito administrativo, bilateral, oneroso e comutativo, mas não possui caráter *intuitu personae*.

**195** Os requisitos do serviço público identificam-se com o conteúdo dos princípios da permanência ou continuidade, da generalidade, da eficiência, da modicidade e da cortesia.

Com relação a domínio público e responsabilidade civil da administração pública, julgue os seguintes itens.

**196** Os bens dominiais ou do patrimônio disponível podem ser afetados a uma utilidade pública, por ato administrativo ou por lei.

**197** Segundo entendimento jurisprudencial, a imprescritibilidade é qualidade apenas dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial.

**198** A ação regressiva da administração pública contra o agente público causador direto de dano a particular, indenizado pela administração por força de condenação judicial, extingue-se, não se transmitindo aos herdeiros, no caso de falecimento desse agente.

Acerca do processo administrativo, de acordo com a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens subseqüentes.

**199** A intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências podem ser efetuadas por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

**200** Em sendo o órgão colegiado competente para decidir sobre recursos administrativos, ele poderá, por força de disposição legal, delegar essa competência ao respectivo presidente.

